

Raça e mestiçagem nas revistas do IHGB: os temores e as esperanças

Race and miscegenation in IHGB Journal: the fears and hopes

Luis Fernando Tosta Barbato

*Doutor em História
Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro
lfbarbato@gmail.com*

Resumo: Neste artigo buscaremos entender como a questão da raça e da mestiçagem estiveram presentes nos debates do IHGB no século XIX. A partir da análise dos artigos publicados na revista do Instituto, podemos observar que a questão racial era algo bastante sensível dentro do IHGB, uma vez que negros, índios e mestiços, que formavam grande parte da população brasileira, eram objetos de uma série de características negativas conferidas pelas ciências. No entanto, essas mesmas leituras mostraram que os mestiços também foram objetos de visões positivas dentro do IHGB, pois eles neles foram depositados os sucessos da instalação da civilização europeia no Brasil Tropical.

Palavras-chave: Raça, mestiçagem, IHGB.

Abstract: In this article we seek to understand how the issue of race and miscegenation were present in IHGB debates in the nineteenth century. From the analysis of the articles published in the magazine Institute, we can see that the issue of race was something very sensitive within the IHGB, once blacks, indians and mestizos, who formed a large part of the Brazilian population, were objects of a number of negatives characteristics conferred for the science. However, these same readings showed that the mestizos also were objects of positive visions within the IHGB because in them the successes of European civilization in Brazil Tropical were deposited.

Keywords: Race, miscegenation, IHGB.

O século XIX brasileiro foi o momento em que a questão da identidade nacional ganhou importância no cenário intelectual nacional, afinal, recém separado da antiga metrópole portuguesa, o então jovem Brasil independente se viu em meio à necessidade de marcar sua identidade em um momento global no qual essa questão se mostrava devesas importante. E nesse momento, de se construir os modos como o brasileiro deveria se enxergar enquanto membro de uma nação – além de como os estrangeiros deveriam enxergar o próprio Brasil – algumas questões foram lançadas no centro dessa construção identitária: o clima tropical e a raça.

O clima tropical foi considerado um elemento de união nacional, afinal, todos os brasileiros¹ estavam imersos nesse sistema tropical, que conferia características capazes de despertar o orgulho nacional entre os habitantes do país, tais como a beleza de suas belas paisagens e a riqueza e fertilidade de suas terras. No mais, esse mesmo clima tropical era um elemento capaz de trazer distinção a esse novo Brasil em relação aos olhares estrangeiros – principalmente europeus – pois essas mesmas belezas e riquezas que despertavam o orgulho nacional, também representavam aquilo que a Europa de clima temperada não era.

Assim, construiu-se nesse século XIX a ideia de um Brasil tropical, marcado por extensas belezas, mas também marcado por uma série de debilidades, afinal, nesse período havia uma noção de que os climas quentes e úmidos, como era o clima tropical, eram os responsáveis por uma série de mazelas sociais, uma vez que produziam gentes fracas, preguiçosas e dadas aos prazeres da carne, o que garantia uma série de desvantagens civilizacionais em relação às civilizações europeias².

No entanto, em meados do século XIX, o paradigma ambiental, marcado por um determinismo geográfico e climático, perde um pouco de sua força³, sendo preteridos ou absorvidos por outro modelo explicativo da sociedade, que tinha como base a questão racial, e esse será o objeto de estudo desse trabalho, observando como essa questão foi

¹ Mesmo os brasileiros que habitavam a região Sul do Brasil, marcada por um clima consideravelmente mais frio, foram enquadrados nessa categoria, pois, mesmo não estando em uma região tropical stricto sensu, as características tropicais capazes de prover o orgulho nacional, tais como a beleza das paisagens, e a riqueza e fertilidade de suas terras, podem ser encontradas nessas regiões (BARBATO, 2011: 96-99).

² Por questão de espaço, não iremos nos alongar nesse assunto, no entanto, aqueles que quiserem se aprofundar nesse assunto, por favor consultar BARBATO, 2015.

³ Isso porque, apesar de ele ter perdido espaço frente aos argumentos raciais, ele ainda era fator importante de explicação das sociedades da época, e se faria presente até períodos avançados do século XX. Como Stella Bresciani nos alertou, as concepções de nossos “textos contemporâneos” – no caso, as obras de autores de meados do século passado, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr, - trazem ideias mesológicas, teorias estéticas e éticas setecentistas persistentes, mesmo que de forma subliminar (BRESCIANI, 2001: 425).

trabalhada dentro pelos intelectuais do IHGB, alguns dos principais engajados nesse processo de construção da identidade nacional brasileira do qual falamos há pouco, e na qual a questão racial se mostrava como algo bastante sensível, como veremos.

Nesse sentido, como nos mostrou Bresciani, “o meio geográfico e climático assumia o centro da cena na fixação de quadros onde as diferentes raças esboçavam de maneira afirmativa seus destinos diversos” (2007: 67).

Desse cruzamento de pressupostos e teorias, marcados por concepções mesológicas e raciais, como nos frisa Stella Bresciani, só poderia resultar numa forma de ver o mundo na qual a Europa e a sua civilização ocupavam o centro de uma escala de valores que se prestava a ajuizar, entre outras coisas, sobre as mais diversas populações do planeta (2007: 84).

Ao longo da História o termo *raça* foi utilizado com uma série de sentidos e finalidades descritivas, associados a tipo, variedade, linhagem ou descendência. No entanto, esse termo só ganhou o sentido atual, de uma divisão da humanidade amparada em características físicas e hereditárias, dentro do eurocentrismo, entre finais do século XVIII e início do século XIX, dentro das necessidades de se explicar ações e práticas como a da escravidão (BANTON, 1977: 39-75).

188

Assim, em meados desse século, Carl Von Linnaeus, pai da taxonomia moderna, já apresentava uma divisão da humanidade em quatro raças, sendo essas baseadas em critérios como a localização geográfica de origem e a cor da pele, como nos mostra Mary Louise Pratt. Assim, surgiram o *Americanus*, *Asiaticus*, *Africanus* e *Europeanus*, cabendo aos de origem europeia características como a delicadeza, a perspicácia e a inventividade, além de serem governado pelas leis, ao passo que os índios, asiáticos e negros eram marcados por possuírem caracteres negativos. Dessa forma, o asiático era marcado pela melancolia, pelo orgulho e pela cobiça, o africano pela negligência e indolência, e o americano como guiado apenas pelos costumes (PRATT, 1999: 68).

Nesse sentido, nos primórdios dos estudos centrados na raça, já encontramos diversos exemplos de cientistas dedicados a estudar, e comprovar, as diferenças entre os vários povos do planeta. Exemplo disso é o médico norte-americano Samuel Morton, que se dedicou a colecionar e investigar crânios das diferentes *raças* humanas, obtendo como resultado, mais uma vez, a proeminência dos caucasianos como detentores dos maiores crânios (GOULD, 1991: 39-59).

Esses primeiros estudos da raça, apresentavam um quadro puramente descritivo, o que excluía o conceito de evolução, importantíssimo nesse aspecto, como veremos

adiante. Tal momento dos estudos raciais se faz presente nos debates do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - o IHGB -, momentos em que tais inferioridades entre as supostas raças eram pregadas, e comprovadas à luz da ciência, sem que, no entanto seu papel em uma eventual disputa evolucionária entre eles fosse levantado⁴.

No entanto, como nos disseram Braga, Guerra e Reis:

Existem homens de ciência que marcam a história da sua área com alguma nova ideia ou um progresso experimental revolucionário. Outros dão contribuições de grande importância que extrapolam sua ciência e acabam influenciando as demais. Entretanto, existem alguns cujas contribuições, apesar de se darem no âmbito de uma ciência particular, tendem a influenciar a própria forma como o homem vê o mundo. Este foi o caso de Darwin (2008: 69).

Darwin e sua teoria da evolução, publicada originalmente em 1859, em *A Origem das Espécies*, veio como um furacão no campo das ciências, praticamente cancelou os argumentos criacionistas e estabeleceu o conceito de unidade da espécie humana (SCHWARCZ, 1993: 55). A sua luta entre as espécies, com a “sobrevivência do mais apto” pareceu quebrar a ideia de uma natureza como algo fixo e harmonioso, criado por Deus.

Rapidamente essas ideias evolutivas passaram também aos seres-humanos, e foram empregadas para apoiar a concepção de que as diferentes raças representavam estados distintos do processo evolutivo, sendo nesse aspecto, os fatores ambientais decisivos nos processos de diversificação notados entre as supostas raças.

Assim, a partir da publicação da teoria evolucionista de Darwin, historiadores, em sua busca por autoridade e significado, no bojo de um esforço para imprimir uma

⁴ Podemos ver tais exemplos nos seguintes trechos: “Sendo, como é, suficiente provado que o desenvolvimento da inteligência está em relação direta com o desenvolvimento do cérebro, fica sempre a inspeção do crânio um dos meios mais seguros, sendo feito com a necessária discrição, para avaliar o grau que deve ocupar o indivíduo examinado, e conseqüentemente, a raça a que ele pertence na escala progressiva dos entes intelectuais. Aplicado este critério aos crânios em questão, ha de sair a sentença muito em desfavor das faculdades intelectuais dos indivíduos de quem derivam: nem podemos esperar grandes progressos da indústria e nas artes dos povos cuja organização cerebral oferece um sub extrato tão mesquinho para a sede da inteligência” (CERQUEIRA E SILVA, 1849: 187), ou ainda: “(...) haverá o cuidado de medir grande número de indivíduos adultos, assim como os seus ângulos faciais, procurando por essa ocasião verificar se a maior abertura do ângulo atesta maior inteligência, como afirma Camper. (...). Convém igualmente coligir crânios de todas as raças dos naturais do país, e moldar ao vivo algumas cabeças, para à vista de certos dados Moraes poder verificar conjuntamente o que há de mais positivo no sistema de Gall” (PORTO-ALEGRE, 1898: 69).

autoridade científica a seus trabalhos, importaram ideias a respeito de evolução e sobrevivência do mais apto da obra do naturalista inglês em suas análises.

Desta maneira, as civilizações seguiam os padrões da natureza, não sendo obras imutáveis, mas sim evoluíam e decaíam, a despeito de certas condições ambientais, e batalhavam pela sua própria supremacia e sobrevivência, como acontecia no mundo natural (ARNOLD, 2000: 32-33).

A partir de então, a raça ganha destaque entre os finais do século XIX e início do século seguinte, encontrando espaço de destaque dentro de um projeto imperialista empreendido por potências europeias e pelos EUA. Tanto que podemos encontrar o ápice do “racismo científico”⁵ no período subsequente à conferência de Berlim, em 1884 e 1885, cumprindo seu papel ideológico imprescindível na legitimação do Imperialismo europeu (ARNOLD, 2000: 30-33).

A “missão civilizatória” do homem branco era posta em questão, à antiga superioridade caucasiana era adicionado doses gigantescas de uma noção de direito sobre os caminhos de populações consideradas inferiores, e eventualmente, triunfar, dentro das leis naturais, sobre seus destroços. Nesse sentido, as palavras do diplomata francês Jules Harmand, escritas em 1910, nos são bastante elucidativas:

É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superior, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não simplesmente nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral. Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade (SAID, 1995: 48).

No Brasil, segundo Lilia Schwarcz, é a partir da década de 1870 que esse discurso evolucionista e determinista penetra no país como um novo argumento para explicar as diferenças internas⁶. Até então o Brasil era considerado um objeto de estudo dos teóricos,

⁵ Termo utilizado para definir esses estudos da raça que se utilizavam dos de conceitos darwinistas de evolução.

⁶ O que não significa que a ideia de supremacia de certos povos sobre outros fosse ausente nas publicações do IHGB, ela aparecia, mesmo que de maneira ainda tímida. Foi depois da publicação de Darwin que esses embates entre povos localizados em patamares diferentes de uma escala evolutiva se intensificaram, com a supremacia dos povos considerados mais desenvolvidos, no caso, os de origem europeia. Nesse sentido, dentro do IHGB a questão racial ganha destaque nos períodos subsequentes à publicação da teoria do

devido à sua composição populacional, sendo daqueles um objeto das explicações. A partir dos anos de 1870, com a chegada dessas novas ideias, o país passa a ser o sujeito das explicações, ao mesmo tempo em que se faziam das diferenças sociais variações raciais. A partir de então, era a ciência que reconhecia as diferenças e determinava as inferioridades (SCHWARCZ, 1993: 28).

Assim, em meio a esse turbilhão de teorias respaldadas pela ciência, e que majoritariamente condenavam as populações que se afastavam do padrão europeu, é que os membros do IHGB irão debater essa questão, ressaltando suas consequências para um Brasil que nascia, e que, apesar de repleto de esperanças, tinha em sua composição populacional uma grande parcela desses povos condenados pela ciência, como eram os negros, os índios e os mestiços. Assim, começaremos aqui a observar como os intelectuais do IHGB trataram dessa questão em seus escritos publicados na revista do Instituto, no século XIX.

Em *Brasil e Oceania*, publicado em 1867, de autoria do notório romântico Gonçalves Dias, percebemos que raça e ambiente caminham lado a lado em seus dizeres. Em sua defesa do autóctone americano⁷, transparece uma noção de superioridade racial do homem branco, como podemos notar abaixo:

191

naturalista inglês, o que não quer dizer que o clima tropical deixou de ser objeto de temor. Trópicos, negros, índios e mestiços povoaram juntos então os pesadelos de nossos homens preocupados com os destinos da nação. No clima e na raça poderia estar a chave para a explicação das mazelas brasileiras. O trecho a seguir nos mostra que noções pré-darwinistas já se faziam presentes nas publicações do grêmio carioca: “Ora, mostra-nos a mesma tradição histórica, que os tapuias, os mais antigos habitantes do Brasil, foram expulsos do litoral pelos Tupis, e de outro lado, eram estes no estado selvagem mais civilizados que os Botocudos, representantes atuais dos Tapuias (...)”; É interessante que Cerqueira e Silva flerta com uma possível origem dos tupis em “ramos menos nobres da raça caucásica, como a fenícia, ramo que ter-se-ia alterado na América pela influência do clima e pela mistura com índios da raça mais decididamente mongólica”. Assim, em uma noção bastante próxima à “sobrevivência do mais apto” de Darwin, Cerqueira e Silva observa fatos que confirmam os dizeres de Auguste de Saint-Hilaire, no qual parece ser destino das “nações selvagens” extinguiem-se. Interessante também é que a superioridade da “raça branca” perante as demais já se fazia notar, no momento em que os tupis, mesmo cruzados com “ramos menos nobres” desta, destacavam-se perante as demais tribos puramente indígenas, em eventuais disputas (CERQUEIRA E SILVA, 1849: 159-161).

⁷ Elemento de estima bastante dúbia dentro do grêmio, uma vez que contava com uma série de debates sobre seu papel dentro da nação brasileira rumo ao progresso, no qual havia embates entre defensores ardorosos destes, tidos como os representantes originais destas terras, sendo um símbolo da nacionalidade brasileira, como é o caso dos escritores românticos, até homens que, por não compreender seu modo de vida um tanto quanto distinto dos padrões europeus, os consideravam verdadeiros empecilhos dentro do projeto de nação brasileira, cabendo a eles o extermínio. Dentro dessa última perspectiva, temos como importante representante Varnhagen. É interessante notarmos que essa questão se posterga até o início do século XX. Um exemplo disso é a luta do Marechal Cândido Rondon para preservar o indígena, tanto física quanto culturalmente, indo contra opiniões, ainda vigentes, que acreditavam que se houvessem índios no caminho para se chegar às riquezas brasileiras – animais, vegetais ou minerais –, estes deveriam ser eliminados (SKIDMORE, 2000: 115-116).

Os americanos, dotados de capacidade intelectual apenas inferior à da raça branca, sem privilégios de casta, sem religião, cuja destruição compromettesse interesses humanos, sem aristocracia, nem teocracia, mais facilmente se puderam ter convertido à fé do que os chins e turcos, povos que todavia considera como civilizados (DIAS, 1867: 258).

Apesar de uma suposta inferioridade dos indígenas perante o homem branco, percebemos que para Gonçalves Dias havia a possibilidade de redenção do elemento autóctone brasileiro. Se eles possuíam desvantagens em relação ao homem branco, muito disso se explicava em razão da natureza benevolente do Brasil. Também notamos, a partir dos dizeres acima, de Gonçalves Dias, a crença rousseauiana na superioridade moral do aborígine, ainda virgem no contato com a chamada civilização, acusada de agente de corrupção da bondade original do ser humano⁸.

Nesse sentido, percebemos que o paradigma ambiental muita importância detém dentro do pensamento de Gonçalves Dias. Se os indígenas brasileiros – e não só eles, como também outros povos tropicais, como malaios e polinésios, abordados no artigo – eram considerados preguiçosos, isso poderia ser explicado em virtudes da fácil disponibilidade de víveres em suas terras. Gonçalves Dias chega mesmo a desafiar os Europeus, indagando-os se eles conseguiriam manter a sua postura caso vivessem em “países” tão benignos:

Contudo os Europeus que tanto se indignam com esta predisposição moral [a ociosidade entre americanos e polinésios] se se acharem em idênticas, acaso continuariam a reputar o trabalho como a primeira das virtudes? Tirem-se-lhes as necessidades factícias. Coloquem-nos em um clima aprazível e benigno, onde todos, sem muito custo possam achar nutrição, abrigo e vestidos, e tenho que não chamariam tanto contra uma disposição que mais que de qualquer outra causa se origina da benignidade do país habitado (DIAS, 1867: 343).

⁸ O trecho a seguir, de Rousseau, nos dá uma breve noção desse pensamento de valorização do elemento indígena como detentor de uma pureza já perdida pelo homem civilizado: “Pergunto qual das duas – a vida civil ou a natural – é mais suscetível de tornar-se insuportável. À nossa volta vemos quase somente pessoas que se lamentam de sua existência, inúmeras até que dela se privam assim que podem... Pergunto se algum dia se ouviu dizer que um selvagem em liberdade pensa em lamentar-se da vida e querer morrer. Que se julgue pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria” (ROUSSEAU *Apud* SCHWARCZ, 1993: 45).

Em suma, os indígenas eram passíveis de ascender em uma escala evolutiva das raças – da mesma maneira que os árabes foram capazes de decair nela⁹. Uma luta entre civilizações fica implícita em Gonçalves Dias, que crê em uma escala para as raças¹⁰ e em uma suposta hierarquia de forças entre elas, o que pode ser comprovado pela experiência¹¹.

A raça se faria sentir, a partir de então, cada vez mais frequente nas publicações do IHGB, e as “ciências da raça” seguiam pelo mesmo caminho, cada vez mais presentes nos artigos da revista do grêmio. Gonçalves Dias, ainda nos traz uma série de alusões aos estudos do crânio¹² e da constituição física em seu artigo¹³, que serviam como auxiliares em suas explicações de povos tão distantes, abordados em seus estudos, sem que, no entanto, o autor creditasse total segurança aos resultados obtidos a partir dessa prática (DIAS, 1867: 87-88). Apesar de conter uma suposta superioridade da raça branca, o artigo de Gonçalves Dias apresenta-se como uma obra em defesa do elemento indígena, como veremos quando tratarmos do tema da preguiça nos trópicos.

Assim, o termo *raça* era cada vez mais frequente, e também, cada vez mais frequente, era supremacia do homem branco perante os demais tipos humanos. A distância entre os homens, em uma suposta cadeia de progresso, se mostrava cada vez mais visível nas publicações do IHGB. A imagem a seguir é emblemática nesse sentido:

193

⁹ Aqui, citando Chateaubriand: “Em suma palavra, tudo entre os americanos indica o selvagem que ainda não chegou ao estado de civilização, tudo entre os árabes indica o homem civilizado recaído no estado selvático” (CHATEUBRIAND *Apud*. DIAS, 1867: 264).

¹⁰ O que fica evidente no trecho: “a comparação [entre americanos e polinésios] seria tanto mais fácil que por um lado haveria identidade de origem entre os *Tupys* e *Polynesios*; por outra, são os malaios inferiores àqueles e os pretos ficariam quase fora de comparação, por lhes serem inferiores, sendo que o de muitas partes como os *Australios*, estão no ultimo grão da escala da humanidade”. Cf. *Idem*, p. 334.

¹¹ Nesse sentido, os dizeres de Gonçalves Dias nos são bastante elucidativos: “A experiência mostra que a raça preta em contato com outra qualquer se deixa sempre subjugar; o que é prova de incontestável inferioridade; de facto os *Australios* são muito inferiores aos *Guaranis*, tanto no físico como nas faculdades morais e intelectuais” (DIAS, 1867: 394-395).

¹² Vale ressaltar que com o advento do chamado “racismo científico” a craniometria não deixou de figurar no rol das ferramentas cruciais para a ciência das raças, exemplo disso temos nos estudos de Paul Broca, que usava o estudo de crânios como meio de identificar as diferenças entre as raças, ou ainda na Antropologia Criminal, de Cesare Lombroso, que buscava decifrar tendências ao crime através da investigação de características anatômicas dos indivíduos. Ambos estudiosos, entre outros, ganharam destaque em anos posteriores à *Origem das Espécies* (GOULD, 1991).

¹³ “O tamanho da cabeça é menos que o sétimo da altura; o ângulo facial, segundo a medida de Rienzi (formado de duas linhas, que partem dos dentes incisivos superiores acabam na origem do nariz, outra no orifício auricular, é de 80 a 85 graus, raras vezes de 85 a 90; o nariz é curto e grosso, algumas vezes achatado; a boca grande, mesmo entre as mulheres, os olhos muitas vezes oblíquos mais ou menos, conforme a repetição de cruzamento com os *Chins* [sobre os malaios]” (DIAS, 1867: 317); ou ainda: “a cabeça sem os caracteres da beleza, nem os da grandeza, o nariz curto, indicio de pouca energia e constância, a boca grande indicando apetites grosseiros, e olhos espantados (hagards), a vista oblíqua, indicio de timidez, temor ou tristeza, de exterior agradável com o ângulo facial um pouco menos aberto que o da raça caucásica”. Aqui, Gonçalves Dias utiliza-se das descrições de Rienzi para compor esse quadro (DIAS, 1867: 339).

Ahi [na navegação do Araguaia] o vapor, passando por entre as numerosas aldeãs de índios que ainda andam nus, apresenta em contraste os dois extremos da cadeia humana: a raça mais civilizada que usa d'esse primeiro agente do progresso, e o homem nu, imagem viva da primeira rudeza e barbaridade selvagem de nossos maiores (MAGALHÃES, 1873: 388).

Os brancos eram os representantes da civilização¹⁴, e venceriam sempre em um contato direto com outras raças¹⁵. No entanto, fomos colonizados por europeus amorosos, voluptuosos, que na carência de suas europeias, facilmente caíam nos braços das belas índias encontradas nos trópicos sul-americanos. Mestiços então eram gerados, e sobre eles, o debate sobre a raça e os trópicos continuava. É nesse período, pós-publicação de *A Origem das Espécies*, de Darwin, que a figura do mestiço surge com mais intensidade nas revistas do IHGB.

Von Martius, em sua monografia vencedora do concurso que pretendia premiar o trabalho que melhor apresentasse um plano para a nascente escrita da história brasileira, conferiu ao nosso país, como nação, o papel de realizar a ideia de mestiçagem (MARTIUS, 1865). O Brasil como um lócus privilegiado de uma vocação americana¹⁶ para a mistura entre as consideradas raças, em finais do século XIX, parecia cumprir a profecia de Martius, conforme mostram os dizeres de José Veríssimo:

194

¹⁴ Podemos citar aqui a frase de José Veríssimo, que apesar das críticas ao homem branco, centradas principalmente na figura dos portugueses, não lhes nega seu papel na civilização dos demais povos: “os brancos, e portanto, a civilização que eles bem ou mal representam” (VERISSIMO, 1887: 314).

¹⁵ “Quem, afinal, venceu na luta, como o mais apto eu era, foi o português, mas aqui sucedeu que o povo civilizado e conquistador sofreu, em não pequena escala, a influência da raça selvagem e conquistada, o que o sábio Agassiz, na sua viagem pelo Valle do Amazonas, notou como um facto singular” (VERISSIMO, 1887: 315); ou ainda: “O nome de Goytacazes, dado a estes campos, lhe advém da tribo principal dos índios que primitivamente os habitavam e que a civilização exterminou pelo mais certo ou obrigou a procurar outro assento. Assento é um modo de dizer, porque, errabundos como eram por natureza os nossos autóctones, misturaram-se seguramente estes com os das demais tribos que encontraram, ao recuarem diante do europeu, e se absorveram nelas, a menos que não se queria aceitar como a da verdade histórica a causa do extermínio da raça aborígene referida pelo cronista da Companhia de Jesus que adiante citarei trata-se de Joam d’Almeida” (MELLO, 1886: 9).

¹⁶ Vocação essa citada do Veríssimo: “A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missão histórica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas elas, unidade étnica à humanidade, e, portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro. Amplíssimo terreno aberto às ambições de todo o gênero, o Novo Mundo, rompendo com os velhos preconceitos das sociedades tradicionais da Europa, toma também no caminho da civilização uma direção nova, deixando atrás de si a Ásia e suas antiquíssimas civilizações e a África e a sua secular barbárie” (VERISSIMO, 1887: 295).

O Brasil vai pela mesma estrada [da América], e aqui, como em todo o continente, os povos e as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente os tipos puros, tornando n'esta parte do mundo, mais do que em nenhuma outra, verdadeiro o princípio de antropologia que nega a existência de raças puras (VERISSIMO, 1887: 295-296).

Colonizado por europeus amorosos¹⁷, desde o princípio da colonização, os mestiços nascem e provocam reações dúbias durante toda nossa história, mas é em finais do século XIX e início do século XX que ele ganha mais destaque nos debates intelectuais brasileiros, como veremos a seguir, a partir das publicações do IHGB.

“Povoar a qualquer preço, ainda que por intermédio de pecados”¹⁸, esse foi, segundo Vainfas, sabidamente a diretriz da política colonizadora da Coroa Portuguesa para o Brasil (VAINFAS, 1989: 30). E visto pela ótica da escassa população do reino, frente às vastas possessões lusitanas na América a mestiçagem aparecia como uma verdadeira arma para o povoamento do Brasil, sendo então, incentivada oficialmente, como podemos ver no registro oficial de 1764, publicado em Revista do IHGB:

Eu el-rei faço saber aos que este meu alvará em forma de lei virem, que considerando o quanto convém que os meus reais domínios da América se povoem, e que para este fim pôde concorrer muito a comunicação com os índios por meio de casamentos; sou servido declarar que os meus vassallos d'este reino e da América que se casarem com índia¹⁹ d'ela não ficam infâmia alguma, antes se farão dignos de minha real atenção, e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares e **accupações** que couberem na graduação de suas pessoas, e que seus filhos e descendentes serão hábeis e capazes de qualquer emprego, honra ou dignidade (SOUZA E MENDONÇA, 1872: 137-138).

Esses filhos da luxúria dos trópicos ganharam fãs e opositores no decorrer de nossa história, foram objetos de culto e detração. Simultaneamente bandidos e heróis –

¹⁷ “O amoroso português, ao invés do inglês no Norte, e muito felizmente para o Brasil, não repugnou enlançar-se, legitimamente ou não, com a selvagem filha do país” (VERISSIMO, 1887: 297).

¹⁸ Gilberto Freyre foi um dos que insistiram nesse ponto, relacionando diminuta população portuguesa, sua limitada capacidade migratória, com a frouxidão das então regras morais na colonização do Brasil (FREYRE, 1936: 245).

¹⁹ É interessante notarmos que no documento é citado que o mesmo vale nos casos de mulheres portuguesas casadas com homens indígenas.

apesar de essa última visão prevalecer nas publicações do grêmio carioca – que não passaram incólumes pelo IHGB.

Arthur de Gobineau, publicou entre 1853 e 1855 o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. O escritor francês, obrigado, devido a suas obrigações como diplomata da França a ficar no Brasil, partiu daqui com uma péssima impressão do que encontrou no nosso país, em grande parte, devido à composição racial brasileira, altamente marcada pela mestiçagem²⁰.

Outro que aportou por essas bandas em 1865 e que mais tarde em seus relatos de viagem expôs os supostos riscos que o Brasil corria perante tamanha “amalgamação” entre raças distintas entre si, e que também viria a ter forte influência nas discussões raciais dentro do Brasil, foi o naturalista suíço Louis Agassiz²¹.

Com a entrada dessas ideias nada alentadoras sobre o futuro do Brasil, e, sobretudo pela vontade de inserir o país no contexto das nações ditas civilizadas, as teorias científicas começaram então a penetrar nas ações das elites e no cotidiano do país, nesses idos dos Oitocentos, que se estenderam até a década de 30 do século XX. É possível, por exemplo, ver reflexos desse “cientificismo” nas obras de higienização e saneamento dos centros urbanos, executadas na virada do século – destacando-se a do Rio de Janeiro, que resultou na Revolta da Vacina em 1904 -, na literatura²² que começa a ser fortemente influenciada pelas teorias científicas e mesmo nos jornais que circulavam pelo país, onde era comum a recorrência destas (SCHWARCZ, 1993: 32-34).

Todas essas questões, que mesclavam escalas civilizacionais, raças, darwinismo e ciência, muito influentes nessa transição de século, auxiliaram a compor um quadro de condenação à mestiçagem, que perduraria até a década de 1930, e que deixou resquícios

²⁰ O que fica bem claro, a notar pelas suas palavras tão pouco alentadoras: “Nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores” (SKIDMORE, 1976: 46).

²¹ Assim como Gobineau, Agassiz demonstra uma forte repulsa à miscigenação que encontrou no Brasil em sua visita: “Que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por malentendida filantropia, a botar a baixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama de raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental” (SKIDMORE, 1976: 47-48).

²² Na literatura essa influência se dá de maneira bastante evidente, existindo várias obras que podem ser elencadas. Os exemplos mais recorrentes são *O Atheneu*, de Raul Pompéia e *O Chromo, um estudo de temperamentos*, de Horácio de Carvalho, onde tais ideias aparecem de maneira relativamente explícitas.

nas obras de nomes como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, e mesmo em Paulo Prado²³, para não citarmos muitos outros autores.

Euclides da Cunha é um exemplo disso, pois, apesar de sua célebre frase “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, acreditava que a mestiçagem afetava a estabilidade de cada raça e afeta suas propensões²⁴. Quanto mais extensos e prolongados os cruzamentos, mais distantes da estabilidade das raças puras esses mestiços estarão (LIMA, 1997: 97).

Segundo Luiz da Costa Lima, Euclides da Cunha era um leitor da antropologia biológica e do evolucionismo, muito fortes nos finais do século XIX e início do século seguinte, e via, “na neutralidade de sua mente científica”, que o sertanejo, exemplo de “raça fraca”, estava fadado a ser esmagado e extinto pelas “raças fortes”, que vinham em fluxos migratórios da Europa. Essa característica de seu pensamento remete à teoria do sociólogo polonês Ludwig Gumpłowicz, que trata da “inexorabilidade com que a História selaria o tempo de vida das sub-raças francas, degeneradas” (LIMA, 1997: 24-27).

Dentro da revista do IHGB, encontramos exemplos que nos trazem uma certa noção de inferioridade do mestiço perante o homem branco. No entanto, esses relatos estão longe de ter a conotação negativa sobre esses compatriotas brasileiros que encontramos nos autores acima descritos. Apesar de traços negativos e de inferioridade, tais elementos não eram de todo ruins para o Brasil, como podemos ver no trecho abaixo:

Os pardos fizeram casamentos iguais, e subdividindo as famílias ao mesmo tempo que repartiam os bens, aumentando o número de indivíduos de sua cor, porque (como acima disse) o homem branco não casava com mulher parda, ou vice versa. Este foi o modo porque a província de Goyaz deixou de ser povoada por gente branca para ficar habitada por pessoas pardas, aquela rica, estas ordinariamente pobres por falta de meios e indústria, mas d’entre estes últimos, tem-se apresentado fenômenos dignos de toda consideração, homens

²³ Uma vez que a partir de uniões de “pura animalidade” entre portugueses e mulheres negras ou índias pode ser encontradas as origens para a “tristeza” que segundo Paulo Prado, pairava sobre o povo brasileiro de sua época (PRADO, 1997).

²⁴ No caso do sertanejo, soma-se a isso a questão do clima e meio-ambiente rude em que esse tipo se desenvolveu. Mais uma vez notamos que clima e raça caminhavam lado a lado nos pesadelos de homens preocupados com os futuros da nação brasileira, no início do século passado, o que fica bastante evidente no trecho a seguir de Regina Abreu: “Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam”. (ABREU, 1998: 115).

pardos honestos, instruídos, laboriosos, opulentos e merecedores de honrosa memória (MATTOS, 1874: 301).

Como nos disse Sérgio Buarque de Holanda, era o português dos tempos da colonização marcado por uma extraordinária plasticidade social²⁵, e imperava entre eles a “ausência completa de qualquer orgulho de raça”. Como nenhum outro povo europeu, “cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso” (HOLANDA, 1984: 34-35).

Assim, esses europeus menos sisudos, ao encontrarem-se sob os trópicos, logo sentiram na pele seus efeitos, e segundo Paulo Prado, se aqueles aventureiros já possuíam como inerente a condição da luxúria, essa só veio a se exacerbar nessas terras quentes (KEULLER, 2001: 187).

Filhos de mãe ociosas, em uma questão que há tempos relacionava os climas quentes com gentes indolentes por natureza, esses mestiços saíram-se até que bem, visto o cuidado com que a metrópole portuguesa lhes guardou:

aqui no Brasil as raças não apresentam inferioridade alguma intelectual; talvez a proposição contrária seja a verdadeira, se levarmos em conta que os mestiços são pobres, não recebem educação, e encontram nos prejuízos sociais uma barreira forte contra a qual tem de lutar antes de fazer-se a si uma posição (MAGALHÃES, 1873: 471)²⁶.

²⁵ Característica essa bastante exaltada no seguinte trecho: “Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no [o português] com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra (...). Habitaram-se também a dormir em redes (...). Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circunspecta sob o nosso clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora” (HOLANDA, 1984: 16).

²⁶ Couto de Magalhães, em seu artigo, faz ainda uma série de outras alusões a essas competências do mestiço, apesar da falta de apoio que recebem da sociedade de então: Como podemos ver nas seguintes descrições de Couto Magalhães sobre esse elemento miscigenado: “O índio e o branco produziram uma raça mestiça, excelente pela sua energia, coragem, sobriedade, espírito de iniciativa, constância e resignação em sofrer trabalhos e privações; é o *mameluco*. (...). Infelizmente estas boas qualidades morais são compensadas por um defeito quase constante: o da imprevidência ou indiferença pelo futuro. O *mameluco*, como o índio se progenitor, não capitaliza, não poupa. Para ele o mês seguinte é como se não existisse. Será falta de educação, ou será a falta de uma faculdade? É a falta de educação, porque para esses pobres, a pátria tem sido madrasta”; sobre o mestiço de negro com branco, a impressão do autor também é positiva: “O cruzamento do índio com o negro deu em resultado uma linda raça mestiça e cor de azeitona, cabelos corridos, inteligente e com quase todas as qualidades e defeitos da precedente [o *mameluco*], e que é conhecida no norte com o nome de *cafuz*, e no sul com o nome de *caburé* (MAGALHÃES, 1873: 448).

A verdade é que encontramos dentro das publicações do IHGB uma visão globalmente positiva sobre o mestiço, talvez porque, embalados pelos preceitos da ciência e da seleção natural, nossos homens de letras e ciências acreditarem que tais filhos dessa pátria não seriam perenes em sua existência, mas sim apenas uma desagradável etapa em direção ao branqueamento do Brasil, o que fica evidente no trecho abaixo, de Couto de Magalhães:

Não devemos conservar pois apreensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. (...). Nosso grande reservatório de população é a Europa; não continuamos a importar africanos; os indígenas, por uma lei de seleção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer; mas, se formos previdentes e humanos, eles não desaparecerão antes de haver confundido parte de seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades para resistir a ação deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil (MAGALHÃES, 1873: 470).

Isso, aliado às teorias da aclimação, na qual pregavam uma possível dificuldade de estabelecimento dos brancos nos trópicos, favoreceu as imagens positivas em relação ao mestiço, dentro do IHGB no período estudado.

A partir de uma propalada “Leis dos Climas”, havia uma inadapabilidade mútua entre homens de zonas climáticas distintas²⁷. Assim, o homem branco aqui aportado sofreria as consequências dos trópicos²⁸, não adaptados aos calores, umidade e suas temíveis consequências, o homem branco não seria perdoado:

O arraial de Flores em outros tempos perdoava só os homens pardos, e estes mesmos sofriam continuamente; os brancos que lá iam todos pagavam com a

²⁷ Teoria essa que vigorava nesse período de nossa história, como falou David Arnold, a partir dos estudos de Huntington, Semple, entre outros: “Cuando El hombre Blanco emigra a climas menos estimulantes que los natales, parece perder energia, tanto física como mental” (ARNOLD, 2000: 36).

²⁸ Isso fica evidente mais uma vez aos analisarmos o artigo de Couto de Magalhães, no qual há uma série de referências a esse tema: “É cousa averiguada que a aptidão para a aclimação em uma país quase todo intertropical não é igual para todos os troncos. O negro resiste melhor ao calor que o branco; o indígena se deve considerar como um termo médio entre esses dois extremos. Um facto, que terá sido observado por todos, é a pronta degradação da raça branca no Brasil, sobretudo nas cidades do litoral, ou nos lugares onde abundam miasmas paludosos. Na província de Goyaz existe uma grande região conhecida com o nome de vão do Paraná onde só o negro, o mulato e o mameluco podem viver; o branco que ali for residir, morre cedo ou tarde de febres paludosas; a cidade de Mato-Grosso, na província do mesmo nome, está também n’esse caso; a ação deletéria do clima tem ali extinguido a raça branca” (MAGALHÃES, 1873:469-470).

vida a sua temeridade [em relação às febres e outras moléstias comuns à região] (MATTOS, 1874: 9).

No entanto, o Brasil tinha a disposição povos plenamente adaptados às intempéries dos trópicos e que muito poderiam contribuir para o sucesso dessas terras americanas quentes e úmidas, não abertas a qualquer tipo de homem. Apesar de acusados de uma série de defeitos, eram os índios e negros adaptados à vida nas tropicais e distintas terras brasileiras²⁹.

Desta maneira, o mestiço surge como uma forma de driblar esses problemas, uma vez que seria o elo de ligação entre a civilização do branco e a resistência física das “raças tropicais”. Assim, a teoria dos perigos da mestiçagem - duríssima, como podemos notar a partir das palavras de Agassiz sobre esse elemento³⁰ - era contrariada, o que fica evidente na contestação à teoria na mestiçagem do naturalista suíço³¹. Cabia então ao mestiço ser mais valorizado, uma vez que ele era fundamental em um processo de fixação do homem branco – o homem do progresso e do futuro promissor – nos trópicos:

200

Nós temos sido ingratos e avaros para com esses mestiços, que já concorrem em alta escala com o seu trabalho para a nossa riqueza. Eu que tenho experimentado a rara dedicação d’eles, por que devo duas vezes a vida a indivíduos d’essa raça, peço licença para examinar, mais detidamente, a sua influência como elemento de trabalho e de riqueza para a nossa terra. Há aí uma rica mina a explorar-se, tanto mais quando é hoje sabido que a mistura do sangue indígena é uma condição muito importante para a aclimação da raça branca em climas tropicais como o nosso (MAGALHÃES, 1873: 454).

²⁹ O que fica evidente nas descrições de seus hábitos de vida em solo brasileiro: “A sua mora é incerta [dos índios aimorés], e alastrados pelos campos não temem o sol, e a chuva. Nada semeiam para lhes servir de sustento, pois se valem para isso das frutas silvestres, e da caça que comem crua” (BARRETO, 1898: 44).

³⁰ “O resultado de não interrompidas alianças entre sangues-mistos é uma classe de homens, nos quais o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando em seu lugar um povo degenerado, tão repulsivos como esses cães produtos de uma capela de raça com um gôso, com horror dos animais de sua espécie, entre os quais é impossível descobrir um único indivíduo tendo conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de tipo para o companheiro e o favorito do homem civilizado” (AGASSIZ *Apud* VERISSIMO, 1887: 301).

³¹ Apesar de reconhecer a iminência de Agassiz dentro das ciências naturais da época, Veríssimo não concorda com a sua negativa teoria da mestiçagem, acusando-a de ser superficial (VERISSIMO, 1887: 301).

Os mestiços, de espírito descobridor³², eram então festejados, mesmo não sendo esta uma “festa” sincera. Imbuídos pela ciência de Darwin, esses homens festejavam esses filhos, muitas vezes bastardos de brancos com negra ou índia, de maneira pragmática, pois sabiam que eles não durariam para sempre, mas estariam fadados ao desaparecimento perante uma raça superior, o que fica evidente nos dizeres de José Verissimo: “E o que ha a fazer para arrancar as raças cruzadas do Pará ao abatimento em que jazem? Pensamos que nada. Esmagá-las sob a pressão enorme de uma imigração, de uma raça vigorosa que nessa luta pela existência de que fala Darwin as aniquile assimilando-as, parece nos a única coisa capaz de ser útil nessa província” (VERISSIMO, 1887: 399-389)³³.

O português - a raça forte nesses trópicos - venceria a batalha racial no país, mas não sem sofrer marcas indeléveis daqueles povos inferiores que derrotaram³⁴. Marcas que extrapolariam o cruzamento biológico para encontrarem-se também nos aspectos culturais. Assim, a mestiçagem não se dava somente na raça, mas também na cultura, e o exemplo que ele julga ser mais importante é a língua portuguesa falada no Pará, no Mato Grosso e em Goiás. Nesses lugares, segundo Couto Magalhães, onde o tupi influenciou a língua portuguesa de tal forma, que produziu uma língua mestiça, fruto da união das duas (MAGALHÃES, 1873: 448-450).

Desta maneira, um futuro esperançoso³⁵ se abria ao Brasil, pois havia uma constatação de que a raça era um elemento de atraso civilizacional para país, conforme

³² Não são poucas as referências as qualidades desses filhos de homens e mulheres de cores e outros aspectos físicos distintos: “D’estas famílias [das vinte e sete primeiras famílias que povoaram a província de São Paulo] descenderão os brancos da terra, e os mamelucos, isso tem, os filhos de Europeus, e índia, gente que fez famosa por seu espírito descobridor, e povoar no interior” (REBELO, 1882: 330).

³³ No entanto, é interessante que notemos que, nesse texto, que é uma segunda versão de um texto escrito há tempos atrás, Verissimo já vê com mais ceticismo esse seu projeto de imigração a fim de aprimorar a população do norte do Brasil, e mais interessante ainda é que o clima da região é culpado por essa suposta repulsa à região das “raças superiores”, como podemos observar a seguir: “Aconselhei então o seu esmagamento sob a pressão de uma raça forte que as aniquilasse na luta pela vida. Não via que essa raça privilegiada não virá tão cedo, não virá talvez nunca, em razão das condições mesológicas da região, e alvitrei um expediente cujo principal defeito era ser inexequível”. Assim, propõe como uma possível solução para esse problema, ousa da força do elemento mestiço para desenvolver essas regiões (VERISSIMO, 1887: 389-390).

³⁴ “Quem, afinal, venceu na luta, como o mais apto que era, foi o português, mas aqui sucedeu que o povo civilizado e conquistador sofreu, em não pequena escala, a influência da raça selvagem e conquistada, o que o sábio Agassiz, na sua primeira viagem pelo vale do Amazonas, notou como um facto singular” (VERISSIMO, 1887: 319).

³⁵ “Nosso futuro por este lado [da presença de imigrantes que contribuem para o desenvolvimento do país] é cheio de esperanças, não o perturbemos com guerras (...). Tomemos nós brasileiros essa lição da natureza; e já que somos a maior região física da América, procuremos ser também a maior nação moral, não pela ação do fogo, mas pelos lentos e metódicos trabalhos das artes, da economia e das ciências que são absolutamente incompatíveis com as estéreis glórias das armas, quer se as alcance em países estrangeiros, quer venham tintas com o sangue de nossos patrícios” (MAGALHÃES, 1873: 472-473).

demonstraram os intelectuais do IHGB, no entanto, nesse afã de se construir uma identidade nacional, positividade também eram observadas, e nelas se observavam a figura do mestiço, elemento que, apesar de carregar as deficiências de negros e indígenas, também carregavam suas resistências a esse clima enervante, que dificultava a instalação da civilização europeia no Brasil tropical.

Resistentes como seus antepassados negros e índios, e ativos como seus antepassados europeus, o IHGB quebra uma noção europeia de que se tratavam de elementos inferiores, para depositarem neles a chave para o sucesso brasileiro. Mas nunca devemos nos esquecer: toda essa positividade sobre o mestiço se dava em meio a uma noção de que ele deveria desaparecer, dentro do processo de branqueamento que esses mesmo defensores vislumbravam para esse Brasil o qual pensavam, o que faria com que, após cumprirem seu papel de fixação do europeu, desaparecessem em meio as ondas de imigração europeia que chegavam ao Brasil, entrementes ao declínio das populações negras e indígenas, observadas no mesmo período.

Assim, por mais que esses mestiços fossem exaltados nas publicações do IHGB, essas exaltações não fogem ao período no qual são produzidas, marcadas pelo eurocentrismo e na pretensa superioridade do homem branco sobre os demais, inclusive sobre os mestiços, afinal, não havia o que temer nesses heróis da civilização brasileira, pois, inferiores que eram, cedo ou tarde seriam engolidos pela história.

202

Fontes

BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz (1898 [1856]). Plano sobre a civilização dos índios do Brazil e principalmente para a capitania da Bahia, com uma breve noticia da missão que entre os mesmos índios foi feita pelos prosriptos jesuitas. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CERQUEIRA e SILVA, Ignácio Accioli (1849). Dissertação Historica, Ethnographica e politica sobre quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a província da Bahia, ao tempo em que o Brasil foi conquistado; que extensão de terreno occupavam; quaes emigraram e para onde; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma provincia que já a esse tempo era desprovida de matas; quaes são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruidas, e onde se conservam; quaes as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animaes as povoaram? *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo XII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva.

- DIAS, A. Gonçalves (1867). Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de (1873). Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor.
- MARTIUS, Carlos Frederico Ph. de (1865 [1844]). Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo VI.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha (1874). Chorographia Historica da Provincia de Goyaz. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVII. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor.
- MELLO, José Alexandre Teixeira de (1886). Campos dos Goytacazes. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C.
- PORTO-ALEGRE, M. A (1898 [1856]). 16ª Sessão em 14 de Novembro de 1856 – Secção ethnographica e narrativa de viagem. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. Tomo XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- REBELO, Jozé Silvestre (1882). Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XLV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de H. Laemmert & C.
- SOUZA E MENDONÇA, Elias Paes de (1872). Registro dos Autos da creação da villa de Montemor-o-novo do Grão-Pará. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor.
- VERISSIMO, José (1887). As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Tomo L. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina (1998). *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco.
- ARNOLD, David (2000). *La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- BANTON, Michael (1977). *A idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70.
- BARBATO, Luis Fernando Tosta (2015). Os trópicos brasileiros no século XIX: a construção de um paradigma tropical. *Mnemósine – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFCG*. vol. 6, n. 2, abr./jun., 2015.
- _____. (2011). *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889)* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BRAGA, Marco; GUERRA, Andreia; REIS, José Cláudio (2008). *Breve História da Ciência Moderna: Vol. 4: A belle-époque da ciência (séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins (2001). Identidades Inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar comum. BRESCIANI, Maria Stella Martins &

- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Memória e (Res)sentimento*: Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- _____. (2007). *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade*: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP.
- FREYRE, Gilberto (1936). *Casa-Grande & Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt Editor.
- GOULD, Stephen Jay (1991). *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1984). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- KEULLER, Adriana T. A (2001). Martins. Retrato do Brasil: uma análise da tristeza pradiana. COSTA, Ricardo; PEREIRA, Valter Pires (Orgs.). *História: Revista do Departamento de História da UFES*. Vitória: EDUFES.
- LIMA, Luiz Costa (1997). *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- PRADO, Paulo (1997). *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Cia. Das Letras.
- PRATT, Mary Louise (1999). *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP:Edusc.
- SAID, Edward (1995). *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. Das Letras.
- SKIDMORE, Thomas E (1976). *Preto no Branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- _____. (2000). *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- VAINFAS, Ronaldo (1989). *Trópicos dos Pecados*: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Campus.

Artigo recebido em 21 de fevereiro de 2016.

Aprovado em 27 de outubro de 2016.

DOI: 10.12957/intellectus.2016.26669